

Mariana Souza Torres

Graduada em Pedagogia – UNISUAM

Stella Alves Rocha da Silva

Mestre em Educação e Pedagoga

Docente na SEEDUC, UCB e UNISUAM

Rio de Janeiro – RJ

RESUMO

Este artigo propõe abordar sobre práticas inclusivas para a população LGBTQIA+ nas escolas. A escolha do tema fundamenta-se no preocupante quadro de violência a qual estão submetidas milhares de jovens LGBTQIA+. O estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas que discorrem sobre a temática, cujo principal objetivo é tratar sobre o desafio da escola se constituir como um espaço de resistência, não apenas celebrando as diferenças, mas problematizando-as e levando toda a comunidade escolar a pensar criticamente na condição de homens e mulheres na sociedade, desconstruindo preconceitos sociais que existem historicamente pelo patriarcado. Torna-se importante trabalhar essa temática a fim de que educadores e educandos reconheçam que promover práticas efetivas para a população LGBTQIA+ no ambiente escolar não é apenas uma proposta ousada de inclusão, mas oportuna e totalmente necessária.

Palavras-chave: Inclusão, População LGBTQIA+ e Escola.

INTRODUÇÃO

Para que a sociedade seja constituída de forma democrática e pluralista, é preciso que se reconheça entre outras temáticas a diversidade sexual como um direito fundamental assegurado a todos em qualquer ambiente. Sendo assim, o presente trabalho discorre acerca de um olhar sobre o gênero e sexualidade no âmbito educacional, práticas para a inclusão da população LGBTQIA+ nas escolas e o papel do professor frente à discussão LGBTQIA+.

Não promover tais discussões no espaço escolar não significa que esses temas estarão fora dos muros da instituição. As discussões e argumentos utilizados para defender a proibição desse tema de inclusão, trazem consigo diversas implicações, pois ao omitirem e não os incluir em seu planejamento, ou até mesmo, proibirem assuntos relevantes e de grande reflexão no âmbito escolar, estão fortalecendo o patriarcado, contribuindo dessa maneira para a reprodução de uma escola opressora e não inclusiva,

gerando assim um drástico problema para a sociedade. Partindo desse princípio e buscando entender o papel da escola nesse debate, pode-se destacar que há um quadro preocupante de violência a qual estão submetidas milhares de jovens LGBTQIA+, muitos dos quais vivem em situações delicadas e vulneráveis de negação e autculpabilização. E isso se faz com a participação ou omissão da família, comunidade escolar, sociedade e Estado. (JUNQUEIRA, 2009)

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT, realizada pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) 73% dos jovens entre 13 e 21 anos já foram vítimas de agressão verbal na escola em função de seu gênero ou sua sexualidade (SALDANHA, 2016).

E, ainda, conforme o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia informa que 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, em 2019. Foram 297 homicídios e 32 suicídios. Isso equivale a 1 morte a cada 26 horas (DE UNIVERSA, UOL, 2020).

Diante disso, manifesta-se a nossa problemática: quais mudanças trarão para a sociedade o desenvolvimento efetivo de práticas inclusivas para a população LGBTQIA+ nas escolas? Sendo importante trazer sua abordagem para dentro do Projeto Político Pedagógico de forma a se tornar uma ação prevista e com objetivos concretos a serem atingidos.

Por fim, cabe à reflexão, do quanto é imprescindível trazer à discussão sobre práticas inclusivas para a população LGBTQIA+, e, além disso, é necessário desenvolver alternativas que busquem a construção de uma comunidade inclusiva.

O estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p.266).

Foram consultados artigos, sites e livros que discorrem sobre o assunto e em seguida foram selecionados os autores que defendem e apresentam teorias sobre práticas inclusivas para a população LGBTQIA+ nas escolas. O artigo abordou os principais assuntos como o olhar sobre o tema gênero e sexualidade no âmbito educacional, práticas para a inclusão

da população LGBTQIA+ nas escolas e o papel do professor frente a essa discussão.

Este trabalho estrutura-se na linha de pesquisa do curso de Pedagogia– Produção de Novos Saberes: Contextos Educacionais, História, Currículo, Metodologias e Práticas Pedagógicas na temática: Ações Afirmativas para Inclusão.

UM OLHAR SOBRE O GÊNERO E SEXUALIDADE NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início do século XX. Devido uma proposta oriunda do movimento feminista na década de 20, discutiu-se a aprovação de um programa de educação sexual, porém a temática seria abordada somente para crianças acima de 11 anos. Tempos depois, segundo Sayão (1997) e Guimarães (1995), por conta do domínio da igreja, nas décadas de 40 e 50, não se tinha mais conhecimento sobre as discussões relacionadas a esse tema. O assunto então volta a ser abordado nos anos 60 com a produção de materiais sobre sexualidade, entretanto os livros eram escritos a partir de diretrizes cristãs. (GUIMARÃES, 1995, p. 60). Ainda na década de 60 algumas escolas tentaram executar um programa de educação sexual, porém devido às mudanças políticas ocasionadas pelo golpe de 64¹, essa tentativa foi interrompida. É somente na década de 80, segundo Figueiró (1996), que o assunto retorna a ocupar o espaço escolar, com novas estratégias e o oferecimento de palestras, debates etc.

Foi somente na última década do século XX, que o Ministério da Educação (MEC) implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que possuem um conjunto de temas que receberam o título de temas transversais. Sendo assim, a educação sexual apareceu oficialmente integrando o currículo por meio da transversalidade. Conforme os PCN (1997, p. 34): "a orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados."

Outro documento que apresentou importantes contribuições para que as questões da sexualidade e gênero estivessem presentes nos currículos escolares foi o Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorou dos anos de 2001 a 2010. Embora com problemas em sua execução, nesse PNE, o gênero é citado nos objetivos e metas, tanto para o ensino fundamental, quanto para a educação superior. É importante ressaltar que antes dessa lei ser sancionada houve um debate acerca da questão de gênero, tema que estava contemplado no plano, mas que foi retirado após votação na Câmara de Deputados. Na versão final do plano, o trecho que

¹ O Golpe Militar foi uma conspiração realizada pelos militares brasileiros e por grupos conservadores da elite econômica do país contra o presidente João Goulart, empossado no cargo em 1961, quando Jânio Quadros renunciara à presidência.

antes citava as palavras igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, foi modificado para todas as formas de discriminação, sem apontar os grupos sociais que sofrem com o preconceito.

De 1997 para cá, ocorreram muitas mudanças. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se tornou o novo documento normativo da educação, inclusive com diretrizes sobre sexualidade e gênero. Conforme cita no eixo, o conhecimento do “eu, o outro e o nós” é, por meio da vivência com os pares e adultos que as crianças irão constituir um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. No entanto, enquanto em 1997 a educação brasileira apontava a possibilidade de se trabalhar questões de sexualidade e gênero na escola, vinte anos depois o quadro mudou bastante. Diferente dos PCN, em que o conteúdo sobre sexualidade era proposto como tema transversal para todas as séries, na atual BNCC o assunto se restringiu à discussão em uma única série, proposta essa que não é suficiente para uma discussão consistente sobre sexualidade, até porque ela não terá continuidade, como seria necessário para um tema complexo que vai além dos assuntos biológicos deparando-se com aspectos sociais e culturais.

Toda ação no ambiente educacional deve ser formativa e humanizadora, daí a necessidade de pensá-lo como um local privilegiado para a formação de crianças e jovens que desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos. Por isto,

revisitar os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação permitiu observar que através dos últimos documentos o governo tem utilizado do mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade nas escolas, refutando o direito à informação. Entendemos que desconstruir as práticas pedagógicas executadas há anos e inserir uma nova prática não é algo simples. Mas, precisamos buscar soluções para as demandas das questões contemporâneas e, sobretudo do cotidiano dos estudantes. [...] E] progredir nas discussões acerca dos avanços e retrocessos que permeiam a temática sexualidade e educação sexual nos documentos oficiais, para que possamos caminhar rumo a uma educação que possa formar cidadãos responsáveis, livres de preconceitos e tabus e que saibam, sobretudo, respeitar as diferenças (BARBOSA, VIÇOSA & FOLMER, 2019, p.9).

Nesse contexto, para Xavier Filha (2009), ao discutir questões como gênero e sexualidade no âmbito educacional propõe-se ressaltar as dificuldades, conflitos, avanços, ganhos, desafios, propósitos e despropósitos. O objetivo desse debate não é chegar a conclusões exatas e respostas com tom de verdade, a ideia é, sobretudo, refletir, questionar, problematizar, discutir e provocar dúvidas.

Diante disso, para atender a demanda de diversidade que existe dentro de sala de aula e para que a escola consiga lidar com tal pluralidade é necessário o desenvolvimento de algumas práticas efetivas que visam homogeneizar as diferenças. Ressalta também a importância de abordar a definição dos conceitos sexo, gênero e sexualidade. O sexo que é definido biologicamente, de acordo com a informação genética. O gênero que está ligado a características atribuídas socialmente a cada sexo. É a sexualidade que diz respeito à orientação sexual, e está relacionada às pessoas por quem nos atraímos. Segundo Louro (1997, p. 34) a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.

O que se coloca, portanto, é o desafio da escola se constituir como um espaço de resistência, não apenas celebrando as diferenças, mas problematizando-as, isto é, criando um espaço democrático a fim de que os alunos possam rever suas concepções, a partir da crítica e reflexão deste assunto. Para Barros (2010, p. 63), somente a partir de uma proposta de “Educação para a Sexualidade” contínua e sistemática é que se possibilita que:

[...] a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de corpo, gênero e sexualidade, tais como a masculinidade, a heterossexualidade, a criança inocente e assexuada, a família nuclear, entre tantos outros, presentes na sociedade (BARROS, 2010, p.63).

Sendo assim, entende-se que a escola como espaço democrático do saber, também compreendida como campo de formação para cidadania deve apresentar propostas pautadas na educação de gênero e sexualidade com o objetivo de transpor os espaços educativos, trabalhando o respeito e a diversidade.

PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NAS ESCOLAS

Uma pesquisa inédita feita baseado nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou que a cada uma hora um LGBT é agredido no Brasil. Entre 2015 e 2017, data em que os dados foram analisados, 24.564 notificações de violências contra essa população foram registradas, o que resulta em uma média de mais de 22 notificações por dia, ou seja, quase uma notificação a cada hora. (PUTTI, CARTA CAPITAL, 2020)

Na esfera da vida acadêmica, o preconceito e o silenciamento em relação à temática podem desencadear como mencionam Junqueira (2009) e Jennett (2014), “o rebaixamento do rendimento escolar, desinteresse pela escola, distorção idade-série, insegurança, abandono e evasão escolar do indivíduo que é vítima desta prática.” (apud Leão; Doescher; Ribeiro, 2014, p.

47). Logo, percebe-se a importância da problematização deste assunto nas escolas.

De acordo com a UNESCO (2015), a violência de gênero no ambiente escolar tem causado impacto negativo na educação de milhões de crianças em todo o mundo. Diante desses dados, entende-se que promover a reflexão e o debate do presente tema no espaço escolar é mais do que importante, é necessário. Abordar gênero e sexualidade nas escolas é uma das formas de construir uma sociedade reflexiva e crítica. Conforme a nossa Constituição Federal de 1988 são fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito: “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político” (BRASIL, 2015, art. 1º). Em concordância com a carta magna de 1988, a LDB 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entende que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

A elaboração da Constituição Federal de 1988, no que refere a gênero e sexualidade, não contemplou o movimento social LGBTQIA+, e deve destaque que:

No momento em que foi elaborada, a chamada “Constituição Cidadã” espelhou a configuração de forças existente entre diferentes movimentos sociais que à época buscavam transportar para a esfera pública uma série de questões antes consideradas do âmbito da vida privada, muitas delas envolvendo questões relativas ao gênero e à sexualidade. Certas transformações foram expressivas, como a formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, reflexos claros da pressão de grupos feministas e de mulheres. Já a não inclusão na nova Carta constitucional da “orientação sexual” e da “identidade de gênero” entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro ou, como se designa atualmente, Movimento LGBT (CARRARA, 2010, p. 134).

Os autores Mello, Avelar e Brito (2014), destacam que as políticas públicas de segurança são uma das principais demandas do movimento LGBTQIA+ brasileiro que se baseia no artigo 144 da Constituição Federal de 88, onde reconhece a segurança como um dos direitos individuais fundamentais.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Entretanto, o que trata os dispositivos legais trazidos na Constituição Federal de 1988 não condiz com a atual realidade. No que diz respeito às políticas públicas educacionais, de acordo com Martins (AGÊNCIA BRASIL, 2018) a resolução do MEC aprovada no dia 12 de setembro de 2017 autoriza o uso do nome social na educação básica. A norma tem como objetivo minimizar estatísticas de violência e abandono da escola em função de *bullying*, assédio e preconceitos. O nome social é aquele pelo qual homens e mulheres trans optam por ser chamados, de acordo com sua identidade de gênero.

“Essa era uma antiga reivindicação do movimento LGBTI [lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais] que, na verdade, representa um princípio elementar do respeito às diferenças, do respeito à pessoa e ao mesmo tempo de um combate permanente do Ministério da Educação contra o preconceito, o bullying, que muitas vezes ocorre nas escolas de todo o país. É um passo relevante para o princípio do respeito às diferenças e o combate aos preconceitos”, enfatizou o ministro Mendonça Filho. (AGÊNCIA BRASIL, 2018)

Mesmo existindo alguns avanços consideráveis em relação às políticas sociais nos últimos anos, é notório que ainda não se possibilitou colocar em prática um verdadeiro sistema de planejamento eficaz em relação às políticas públicas para a população LGBTQIA+.

O ato de invisibilizar essa população no espaço escolar precisa ser erradicada. Além disso, as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade devem se tornar visíveis nos currículos, nos livros didáticos e até mesmo nos conselhos de classe, promovendo assim uma inclusão no ambiente educativo. Transformar a escola em um espaço democrático confortável para todos requer um planejamento com diversas ações. Além de políticas sociais, são necessárias algumas mudanças dentro do espaço escolar. Oferecer espaços de escuta em que os discentes se sintam seguros para assumir sua sexualidade sem o medo de sofrer repressão, críticas e julgamentos. Ainda no campo da sexualidade, entender que essa discussão deve ocorrer de maneira aberta, pois se sabe que a escola, às vezes, de forma indireta, oferece alguns espaços que expõe alunos a situações desconfortáveis, então dentro de sala de aula é imprescindível que haja atividades que abordem sobre os limites entre brincadeira, paquera, assédio, violência verbal e física.

É importante também que a escola crie um espaço de diálogo entre professores e funcionários acerca da discussão desse tema a fim de promover uma compreensão melhor e possibilitá-los a servirem de apoio aos alunos que possam estar enfrentando dificuldades sobre seu gênero ou sexualidade.

Vale reforçar que a escola “[...] é uma das instituições sociais responsáveis por transmitir, além dos conteúdos formais, valores [...]” (ROSA JUNIOR, LOURINHO, 2017, p. 208) e tem de contribuir efetivamente para o combate e enfrentamento das discriminações, desigualdade, o respeito às diversidades e os direitos da população LGBTQIA+ dentro do espaço escolar. É preciso que se reconheça a educação escolar:

[...] como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento (BRASIL, 2007, p. 9).

Portanto, se o objetivo é que a escola seja esse espaço democrático e inclusivo, é urgente que as políticas públicas educacionais se redirecionem para uma educação que valoriza as diferenças, livre de preconceitos.

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À DISCUSSÃO LGBTQIA+

É importante que a prática de abordar gênero e sexualidade na escola ocorra desde os primeiros anos de vida escolar, a fim de evitar processos de discriminação, visto que grande parte das instituições de ensino se organizam enquanto espaços “[...] de reprodução de modelos particularmente autoritários, preconceituosos e discriminatórios em relação a mulheres e homossexuais, entre outros grupos” (BRASIL, 2007, p. 26).

O papel do professor é, sobretudo, necessário para que a sala de aula não seja um ambiente reprodutor de preconceitos estereotipados pela sociedade, e sim um espaço de construção de igualdade e respeito. “O papel do pedagogo é um papel político” (GADOTTI, 2001). A terceira incumbência magisterial, prevista no inciso III do art. 13 da LDB, prescreve que cabe ao docente zelar pela aprendizagem dos alunos. Aqui, decerto, reforça, no processo ensino-aprendizagem, a aprendizagem como princípio do bom fazer pedagógico. Vendo o professor por essa ótica, fica claro, que ele tem um papel social a cumprir, papel este, que se delimita a “provocar “conflitos intelectuais”, para que, na busca do equilíbrio, o aluno se desenvolva” (FREITAS, 2005, p. 95). Ou seja, ser professor requer um exercício de reflexão acerca de todos os elementos que constituem o processo de ensino

e aprendizagem e demanda constante transformação, capacidade de questionar o mundo e posicionamentos no processo educativo.

No cenário escolar, é fundamental que o educador foque em estratégias pedagógicas para discutir sobre a intolerância dentro de sala de aula, principalmente, visando problematizá-los. Como recursos para facilitar o estudo desse tema podem ser usados livros, filmes, contos entre outras ferramentas válidas que auxiliem o docente em sua metodologia. É necessária também a escolha de atividades atrativas que busque envolver todos os alunos. E claro, o tema deve ser baseado em abordagens científicas, livre do senso comum, que por muitas vezes é carregada de concepções estereotipadas.

O docente, para ser um bom orientador e formador de valores precisa exercitar interiormente questões ligadas a gênero e sexualidade, livrando-se de preconceitos e tabus. Faz-se necessário que o professor tenha a devida preocupação em esclarecer e orientar os alunos de modo instrutivo e significativo. Para Sayão (1997, p. 101): “São os professores que terão que contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade, isto devido à proximidade entre professor e aluno no contexto escolar”.

A pedagogia é uma ciência que trata da educação de crianças, jovens, adultos e idosos, e estuda os problemas relacionados com o seu desenvolvimento como um todo. O professor, como democratizador do saber, propõe-se a acompanhar as transformações da sociedade e das gerações, enfrentando novos desafios que surgem, com elas, novas soluções inovadoras.

Uma das propostas que possibilitam o professor acompanhar essas transformações é a formação continuada, que tem como objetivo possibilitar melhorias no processo ensino-aprendizagem, oferecendo acesso ao que há de mais novo na área, contribuindo com novas metodologias a fim de agregar e conceder mais suporte para seus alunos, proporcionando assim uma melhor atuação desse docente. Conforme afirma Libâneo (s/d, p. 227)

a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas.

Com base no exposto, torna-se essencial, refletir a atuação docente além do exercício da sala de aula, das burocracias, planejamentos, entre outros tantos afins. Contudo, é preciso, que a formação continuada seja vista como uma etapa da prática docente, visando à melhoria do ensino e o rompimento de uma “visão de mundo” estagnada.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo conscientizar sobre a importância de práticas inclusivas para população LGBTQIA+, dentro das escolas, no atual contexto social. Torna-se indispensável tratar gênero e sexualidade como processo natural, desconstruindo tabus e estereótipos estabelecidos na sociedade. É importante ressaltar que a discussão desse tema vai muito além de tratar sobre a homofobia. Discutir tais assuntos é falar também de sexismo, machismo, feminismo e de todos os tabus ainda existentes na sociedade que envolve a população LGBTQIA+.

A partir dessa pesquisa, é possível perceber que as discussões relacionadas a gênero e sexualidade, têm atravessado as instituições escolares desde o início do século XX. No entanto é importante ressaltar que ainda percebe-se a necessidade de conscientizar toda a comunidade escolar acerca da importância de constituir uma sociedade baseada em respeito, aceitação e diálogo e a construção efetiva de políticas públicas educacionais que despertem a valorização de práticas inclusivas para a população LGBTQIA+, levando em consideração a formação continuada do professor que é fundamental e contribui para a construção de metodologias inovadoras e reflexivas com o propósito de colaborar com o ensino e aprendizagem do aluno.

Dentre os documentos que abordam sobre as políticas públicas educacionais em relação à população LGBTQIA+, destacam-se os PCNs que servem como norteadores para professores e coordenadores. Tendo em vista que a BNCC e os TCTs não contemplam a temática, o professor pode, ainda, se apropriar dos parâmetros e trazer o assunto para o cotidiano da prática pedagógica.

Posto isto, entende-se que se quisermos que a escola seja de fato um espaço democrático é imprescindível reconhecer que promover práticas efetivas para a população LGBTQIA+ no ambiente escolar não é apenas uma proposta ousada de inclusão, mas oportuna e totalmente necessária para que a democracia de nosso país possa deixar de ser um mito e passar a ser uma realidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L. & FOLMER, V. (2009). **A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações**. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 11 (10), 1-10.

BARROS, Suzana da Conceição de. **Corpos, Gêneros e Sexualidades: um estudo com as equipes pedagógica e diretiva das escolas da região sul do RS**. Rio Grande, 2010. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2010.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007a.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

DE UNIVERSA. Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26 horas. **UOL**, São Paulo, 23 abr. 2020.

Disponível:<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm>> Acesso: 27 nov. 2020.

FREITAS, Lourival C. de. **Mudanças e inovações na educação**. 2. ed. São Paulo: EDICON, 2005.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 98, p. 50-63, ago. 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito**, 12 edição – São Paulo, Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

JENNETT, M. **STAND UP FOR US**: challenging homophobia in schools. 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p.53-83.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 8. ed. Petrópolis. Vozes, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Helena. MEC autoriza uso de nome social na educação básica para travestis e transexuais. **Agência Brasil**. 17 jan. 2018.

Disponível:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/mec-autoriza-uso-de-nome-social-na-educacao-basica-para-travestis-e>> Acesso: 08 de mai. 2021.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; BRITO, Walderes. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil**. 2014. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2014000100016&script=sci_abstract&lng=pt.> Acesso: 08 de mai. 2021.

PUTTI, ALEXANDRE. Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. **Carta Capital**. 16 jul. 2020. Disponível:<<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/>> Acesso: 7 de mai. 2021.

ROSA JÚNIOR, Jair; LOURINHO, Anamelia Cardoso Guasti. A inclusão da comunidade LGBT nas escolas: reflexões.In.OLIVEIRA, Sheila FernandesPimenta e (Orgs). **Educação e desenvolvimento**: prismas, movimentos e transições. Franca: Uni-FACEF; Unesp, p. 205-216, 2017.

SALDANHA, Paulo. 73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa. **Folha de São Paulo**. 21 de nov. de 2016. Disponível: <<https://m.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>> Acesso: 27 de nov. 2020.

SAYÃO, Roseli in AQUINO, Julio Groppa (Org). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas: orientação sexual na escola. 5 ed. Summus editorial. São Paulo, 1997.

SAYÃO. Iara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (org). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação**. Disponível: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-2030/gem-report/>. Acesso: 25 ago. 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa *et al.* (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Editora da FURG, 2009, p. 85-103.